



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**

---

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**BALANÇO CONSOLIDADO**

**2019**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS  
E ORÇAMENTO**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**

**PREFEITO MUNICIPAL: RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO**

**VICE-PREFEITO: EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Vitor Acir Puppi Stanislawczuk – Secretário  
Patricia Iasmine Portz - Chefe de Gabinete  
Daniele Regina dos Santos – Superintendente Executiva  
Breno Pascualote Lemos – Superintendente Técnico  
Francisco de Assis Inocêncio – Superintendente Fiscal  
Carlos Eduardo Kukolj – Diretor de Orçamento  
Claudinei Nogueira – Diretor de Contabilidade  
Adriano de Andrade Manzeppa – Diretora de Rendas Mobiliárias  
Sergio Luiz Primo – Diretor de Rendas Imobiliárias  
Maria Cristina Baggio – Diretora de Controle Financeiro  
Iara Maria Sturmer Gauer – Controladoria  
Ricardo Rodrigues Ribeiro - Coordenação Núcleos Regionais  
Rosilene Berton Paschoalin - Auditoria  
Anderson Carpen Padovani – Assessor de Captação de Recursos e Gestão de Investimentos  
Joelson Luiz do Espírito Santo – Coordenador de Contratos e Convênios

**EQUIPE TÉCNICA**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Claudinei Nogueira  
Andreza Cristine Juglair  
Cleonice Amaral  
Ciro Marcos Faganello  
Edicleusa Medeiros Alves  
Edson Augusto Caffé Araujo  
Enezir das Graças Sell Jansen  
Henrique Viana Gotardo  
Ideraldo Bernert  
Ivan Luis Barbosa  
João Alberto Mateus de Oliveira  
Luiz Gonzaga Boarão  
Luiziana Schuck  
Marcio Ferreira de Andrade  
Maria Fatima Krasoski Mazurkevicz  
Rafael Galvão R. Ramalho  
Rejane Hancke  
Robson Wanderley Jungblut  
Sandra Mara Taverna  
Simone Fernandes  
Terezinha de Fátima Perkoski  
Valter Ribeiro Neves

**CONTADORES LEGISLATIVO/INDIRETAS**

Aline Bogo - CMC  
Silvane Oliveira Gonçalves – FAS/FMAS/FAD/FMCA/FMPDI/FMT  
Catarina de Laguna Tavares – IMT  
Lilian Martins dos Santos – IMAP  
Sandra Correa – IPMC/FMPP  
Elisângela Trajino da Silva de Avelar – IPPUC  
Mara Luiza Vargas Barboza – FAAC/FUNSAN/FMHIS  
Ronaldo Turola – FCC/FMC  
Valdo Aparecido da Silva – FMS/FUNDEC  
João Carlos Dornelles - FUC



## NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

### Sumário

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....</b>	<b>5</b>
<b>2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>6</b>
<b>3 - CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES.....</b>	<b>8</b>
<b>4 – BASE DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>9</b>
<b>5 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>6 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>7 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>12</b>
<b>8 - BALANÇO PATRIMONIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>8.1- Caixa e Equivalente de Caixa .....</b>	<b>15</b>
<b>8.2 - Créditos Tributários.....</b>	<b>15</b>
<b>8.3 – Transferências a Receber.....</b>	<b>16</b>
<b>8.4 - Créditos de Dívida Ativa.....</b>	<b>16</b>
<b>8.5 – Ajuste de Perdas da Dívida Ativa .....</b>	<b>17</b>
<b>8.6 – Demais Créditos a Receber.....</b>	<b>18</b>
<b>8.7 – Investimentos e Aplicações Temporárias .....</b>	<b>21</b>
<b>8.8 – Estoques .....</b>	<b>21</b>
<b>8.9 – Investimentos .....</b>	<b>22</b>
<b>8.10 – Imobilizado.....</b>	<b>22</b>
<b>8.11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar .....</b>	<b>23</b>
<b>8.12 – Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores .....</b>	<b>23</b>
<b>8.13 – Obrigações Fiscais .....</b>	<b>26</b>
<b>8.14 – Provisões .....</b>	<b>26</b>
<b>8.15 – Demais Obrigações.....</b>	<b>28</b>
<b>8.16 – Patrimônio Líquido.....</b>	<b>28</b>
<b>8.17 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes .....</b>	<b>29</b>
<b>8.18 – Quadro das Contas de Compensação .....</b>	<b>30</b>
<b>9 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....</b>	<b>31</b>
<b>9.1 – Alterações Orçamentárias.....</b>	<b>32</b>
<b>9.2 – Inscrições de Restos a Pagar .....</b>	<b>38</b>
<b>9.3 – Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores.....</b>	<b>39</b>



9.4 – Resultado Orçamentário.....	39
10 - BALANÇO FINANCEIRO.....	40
10.1 – Ingressos Orçamentários.....	40
10.2 – Dispêndios Orçamentários.....	40
10.3 – Ingressos Extraorçamentários.....	41
10.4 – Dispêndios Extraorçamentários.....	42
10.5 – Resultado Financeiro.....	42
11 – FLUXO DE CAIXA.....	44



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIC	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTN	Código Tributário Nacional
CURITIBAPREV	Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMP	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FC	Departamento de Contabilidade da Finanças
FEPGM	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba
FGP/PR	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FMSB	Fundo Municipal de Saneamento Básico
FUNPRED	Fundo Municipal de Prevenção às Drogas
FUNRECAL	Fundo de Recuperação de Calçadas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GTM	Gestão Tributária Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPMC	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público)
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis



LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTDA	Limitada
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE	Notas Explicativas
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCE	Procedimentos Contábeis Específicos
PCO	Procedimentos Contábeis Orçamentários
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGM	Procuradoria Geral do Município
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
RFB	Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SGP	Sistema de Gestão Pública
SMF	Secretaria Municipal de Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
URBS	Urbanização de Curitiba S/A
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



## 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita sob CNPJ de número 76.417.005/0001-86, cuja base territorial está vinculada ao Estado do Paraná desde sua fundação em 29 de março de 1693. É composto pela administração direta e indireta do Poder executivo e o Poder Legislativo e tem por finalidade essencial o cumprimento das suas atribuições constitucionais no atendimento das demandas que a sociedade exige.

As atividades operacionais do Município de Curitiba durante o exercício de 2019 estão amparadas pelas Leis Municipais nº 15.131, de 08 de dezembro de 2017 (Lei do Plano Plurianual – PPA 2018/2021); Lei nº 15.269, de 06 de julho de 2018, e Lei nº 15.374, de 27 de dezembro de 2018 (alterou dispositivos da Lei nº 15.269/2018); e Lei nº 15.375, de 27 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2019) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As ações desenvolvidas pelo Município no exercício financeiro de 2019 estão agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Indústria, Comércio e Serviços, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Pública (SGP) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as secretarias e fundos constantes no item 2 destas notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*) realizada durante o exercício de 2019. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Curitiba.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.



## 2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019



### 2.1 - Relação Nominal de Órgãos

#### a) Secretarias e órgãos

Governo Municipal;

Procuradoria Geral do Município;

Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba;

Secretaria Municipal de Comunicação Social;

Secretaria Municipal de Administração e de Gestão de Pessoal;

Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas;

Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

Secretaria Municipal da Educação;

Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

Fundo Municipal do Meio Ambiente;

Fundo Municipal de Saneamento Básico;

Secretaria Municipal de Obras Públicas;

Fundo de Recuperação de Calçadas;

Secretaria Municipal do Urbanismo;





Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude;  
Fundo Municipal de Prevenção às Drogas;  
Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito.

b) Autarquias

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC;  
Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP;  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC;  
Instituto Municipal de Turismo - IMT.

c) Fundações

Fundação Cultural de Curitiba - FCC;  
Fundação de Ação Social - FAS.

d) Fundos

Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba;  
Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas;  
Fundo Municipal do Meio Ambiente;  
Fundo de Recuperação de Calçadas;  
Fundo Municipal de Prevenção às Drogas;  
Fundo de Urbanização de Curitiba;  
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;  
Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba;  
Fundo Municipal de Saúde;  
Fundo Municipal para a Criança e ao Adolescente;  
Fundo Municipal da Cultura;  
Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente;  
Fundo Municipal de Assistência Social;



Fundo Municipal de Defesa Civil;  
Fundo Municipal do Trabalho;  
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;  
Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

e) Unidades Gestoras Especiais

Encargos Gerais do Município.

f) Poder Legislativo

Câmara Municipal de Curitiba – CMC.

Não fazem parte desta consolidação, as demonstrações das seguintes Empresas de Economia Mista, por se tratarem de empresas **não** dependentes:

Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB;  
Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A;  
Urbanização de Curitiba S/A - URBS;  
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S/A.

### 3 - CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

**a) Extinções de secretarias e órgãos pela Lei Municipal nº 15.461/2019**

Secretaria Municipal do Trabalho e emprego;  
Secretaria Municipal de Planejamento e Administração;  
Secretaria Municipal de Recursos Humanos;  
Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia;  
Secretaria Municipal de Trânsito;  
Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos.



**b) Incorporações de secretarias e órgãos pela Lei Municipal nº 15.461/2019**

Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito incorporou a Secretaria Municipal de Defesa Social;

**c) Extinção de Fundo Municipal pela Lei Municipal nº 15.366/2018**

Fundo Municipal Provisional de Previdência.

**4 – BASE DE INFORMAÇÕES**

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.



Foram excluídos os seguintes valores de operações intra no processo de consolidação:

Descrição	Valores com as Operações Intra	Ajuste de Consolidação	Valores Consolidados sem as Operações Intra
Ativo	9.661.946.661,24	(389.315.299,34)	9.272.631.361,90
Passivo	4.165.908.860,02	(389.315.299,34)	3.776.593.560,68
Patrimônio Líquido	5.496.037.801,22	0,00	5.496.037.801,22
Variações Patrimoniais Aumentativas	14.667.968.527,96	(2.260.094.833,14)	12.407.873.694,82
Variações Patrimoniais Diminutivas	15.044.369.097,42	(2.260.094.833,14)	12.784.274.264,28

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## 5 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que em sua 8ª edição, aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dando continuidade à convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada, publicou em 2016 a NBC TSP - Estrutura Conceitual, bem como a primeiras cinco normas convertidas. Em 2017 publicou cinco normas convergidas e em 2019 publicou mais onze normas convergidas, consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público.



Nesta linha o Município de Curitiba está trabalhando na adaptação dos seus sistemas de modo a garantir a convergência às IPSAS, bem como para atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP. A seguir, estão os prazos dos PCPs determinados pela Portaria STN nº 548/2015 e a situação do município em relação aos prazos apresentados aos municípios com mais de 50 mil habitantes.

<b>Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)</b>	<b>Obrigatoriedade (a partir de)</b>	<b>Posicionamento da Prefeitura de Curitiba</b>
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2021	Implantado parcialmente
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2021	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2019	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2020	Fase de estudos
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2020	Fase de estudos
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2020	Bens Móveis: Implantado; Bens Imóveis: Ajustando Sistemas
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2023	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2023	Fase de estudos
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2020	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2019	Ajustando Sistemas
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Ajustando Sistemas
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	Não iniciado



15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2021	Fase de estudos
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	Fase de estudos
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2022	Implantado parcialmente
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	Não iniciado

Para o exercício de 2020, apresentam-se como desafios ao Município de Curitiba o processo de consolidação da automação de registros contábeis dos procedimentos patrimoniais já implementados, a disponibilização das alterações do sistema para o reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência, disponibilização das alterações para o reconhecimento das férias e décimo terceiro a pagar e seus encargos por competência, depreciação dos bens anteriores a 2011, reavaliação e redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e a continuidade das alterações sistêmicas para o reconhecimento e mensuração dos bens imóveis e ativos intangíveis.

## 6 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

## 7 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### a) Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.



**b) Créditos e Dívidas**

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo que as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

**c) Investimentos e Aplicações Temporárias**

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

**d) Estoques**

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme Inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

**e) Investimentos**

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. As participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

**f) Imobilizado**

O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.



**g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável**

O Município de Curitiba está aprimorando os controles patrimoniais afim de definir procedimentos para possibilitar a reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens patrimoniais de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP nos prazos determinados pela Portaria STN nº 548/2015. O processo encontra-se em fase avançada com previsão de implantação para o exercício de 2020.

**h) Depreciação, amortização e exaustão**

A depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2012 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Departamento de Patrimônio, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998. Os bens adquiridos até 31/12/2011 estão sendo tratados de forma diferenciada e em conjunto com o processo de reavaliação e redução ao valor recuperável afim de possibilitar os ajustes necessários junto aos órgãos responsáveis. O processo encontra-se em fase avançada com previsão de implantação para o exercício de 2020.

**i) Valores Restituíveis**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

**j) Passivos sem Execução Orçamentária**

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

**k) Apuração do Resultado**

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.





## 8 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, sendo composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

### 8.1- Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Banco Conta Movimento	111.143.258,08	69.478.382,42
Banco Conta Movimento RPPS	78.343,18	67.744,69
Aplicações Financeiras	2.252.768.408,13	1.836.872.942,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.363.990.009,39</b>	<b>1.906.419.069,25</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os ingressos nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade, e ainda os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes.

### 8.2 - Créditos Tributários

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IPTU	88.133.171,37	92.215.247,49
ISS	205.112.032,61	534.612.735,17
Taxas	86.188.754,03	48.052.878,34
Contribuição de Melhorias	19.302,89	19.302,89
<b>TOTAL</b>	<b>379.453.260,90</b>	<b>674.900.163,89</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os créditos tributários de competência do Município correspondem às movimentações ocorridas durante o exercício, relativos às Inscrições, Cancelamentos por processo e baixas por Pagamento, contabilizados com base nas informações do Sistema de Gestão Tributária Municipal - GTM até o dia 31/12/2019, sendo os pagamentos convertidos em receita orçamentária.

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município realiza o Lançamento dos valores devidos pelos contribuintes. Correspondem a tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o



Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Renovação de Alvará.

O lançamento no Balanço Patrimonial destes valores como Créditos Tributários a Receber começou a ser efetuado pelo Município de Curitiba a partir de 2013, alinhando assim a exigência do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não tributários, com base no fato gerador, conforme prevista no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Os créditos tributários referentes as notas fiscais eletrônicas de ISSQN estão sendo tratadas de forma segregada pois dependem de alteração da legislação municipal e adaptação sistêmica para acompanhamento dos lançamentos realizados pelo Departamento de Rendas Mobiliárias do Município de Curitiba.

### 8.3 – Transferências a Receber

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>UNIÃO</b>	<b>9.053.797,28</b>	<b>10.193.265,28</b>
Cota-Parte FPM	10.814.636,64	12.051.095,89
Cota-Parte IPI-Exportação	516.587,21	703.962,58
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	(2.277.426,57)	(2.561.793,19)
<b>ESTADO</b>	<b>8.980.789,00</b>	<b>12.336.763,38</b>
Cota-Parte ICMS	620.161,47	1.557.818,30
Cota-Parte IPVA	70.807,40	672.820,84
Transferência de Recursos do FUNDEB	8.428.013,90	10.552.252,07
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	(138.193,77)	(446.127,83)
<b>TOTAL</b>	<b>18.034.586,28</b>	<b>22.530.028,66</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

As Transferências a Receber referem-se aos créditos junto à União e ao Estado das transferências intergovernamentais arrecadadas em 2019 e não repassadas ao Município até o fechamento do exercício.

### 8.4 - Créditos de Dívida Ativa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>6.683.228.081,87</b>	<b>6.360.991.446,69</b>
IPTU	1.509.190.975,34	1.389.958.304,31
ITBI	7.687.789,00	17.190.382,08
ISS	4.920.703.000,27	4.654.265.897,24
Taxas	21.229.784,57	40.687.158,33
Contribuição de Melhorias	8.586.913,46	8.584.269,46
Outros Créditos	215.829.619,23	250.305.435,27
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>219.331.029,33</b>	<b>69.570.485,26</b>
<b>Total da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária</b>	<b>6.902.559.111,20</b>	<b>6.430.561.931,95</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



Os valores evidenciados em Outros Créditos correspondem as Correções Monetárias, Juros e Multas de ITBI, Taxas e outros lançamentos de Competência do Município e que estão em processo de identificação junto a Procuradoria Geral do Município.

#### 8.5 – Ajuste de Perdas da Dívida Ativa

A partir de 2015, o Município de Curitiba passou a provisionar as possíveis Perdas de Crédito tributários inscritos em Dívida Ativa, que, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. A mensuração do ajuste para perdas baseou-se em estudos que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, de modo a não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do ente público. A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência, a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição, Lei 4.320/64, Resolução CFC nº 1.111/07 e suas alterações, Portaria STN nº 548/15 e Pronunciamento CFC nº 85/2012.

Afim de possibilitar um aprimoramento na metodologia apresentada, está em estudo junto a Procuradoria Geral do Município uma adaptação sistêmica para que seja identificado os créditos em Dívida Ativa parcelados e não parcelados, bem como uma classificação destes créditos em alta, média e baixa perspectiva de recuperação e créditos irrecuperáveis.

A metodologia de cálculo foi submetida a Procuradoria Geral do Município, gestora da Dívida Ativa, através da Nota Informativa – NI nº 001/2015 – SMF-FC e nada obstaram quanto a aplicabilidade.

$$\text{Média Percentual Inadimplência} = \frac{(\% \text{ Inadimplência Ano X1} + \% \text{ Inadimplência Ano X2} + \% \text{ Inadimplência Ano X3})}{\text{número de exercícios}}$$

O percentual médio de inadimplência deverá ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber para apuração do valor a ser reconhecido como perda.

Descrição	2017	2018	2019	Média %
IPTU	93,52%	93,58%	91,92%	93,01%
ITBI	98,54%	98,87%	93,04%	95,00%
ISS	95,03%	96,94%	98,90%	98,77%
Taxas	62,66%	61,65%	50,43%	58,25%
Contribuição de Melhoria	96,51%	93,26%	100,00%	96,59%
Outros Tributos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Não-Tributária	98,60%	99,28%	99,89%	99,26%



Conforme o percentual aplicado verificamos os valores dos créditos após o ajuste de perdas.

Descrição	Saldo Dívida Ativa	Ajustes para Perdas	Créditos Após Ajustes
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>6.683.228.081,87</b>	<b>6.321.990.936,91</b>	<b>361.237.144,96</b>
IPTU	1.509.190.975,34	1.404.373.706,66	104.817.268,68
ITBI	7.687.789,00	7.593.274,68	94.514,32
ISS	4.920.703.000,27	4.674.990.707,96	245.712.292,31
Taxas	21.229.784,57	10.909.520,08	10.320.264,49
Contribuição de Melhorias	8.586.913,46	8.294.108,30	292.805,16
Outros Créditos	215.829.619,23	215.829.619,23	0,00
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>219.331.029,33</b>	<b>217.738.608,57</b>	<b>1.592.420,76</b>
<b>Total da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária</b>	<b>6.902.559.111,20</b>	<b>6.539.729.545,48</b>	<b>362.829.565,72</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa foram registradas por meio de uma conta redutora do ativo de ajuste para perdas totalizando um valor de R\$ 6.539.729.545,48.

## 8.6 – Demais Créditos a Receber

Demais Créditos estão avaliados pelo valor de recebimentos, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento concedido a pessoal	64.086,99	0,00	64.086,99	37.853,46	0,00	37.853,46
Fundo Rotativo da Educação	1.008.097,76	0,00	1.008.097,76	829.563,35	0,00	829.563,35
Créditos a Rec. pela Descent. de Serv. Públic e Concessões	7.716.777,89	84.222.060,86	91.938.838,75	30.369.108,97	113.812.397,74	144.181.506,71
Créditos a Rec. pela Descent. de Serv. Públic e Concessões	31.414.444,08	0,00	31.414.444,08	0,00	0,00	0,00
Créditos decorrentes da Venda de folha de pagamento	4.550.000,00	0,00	4.550.000,00	5.050.000,00	0,00	5.050.000,00
CuritibaPrev – Decreto nº 1200/2018	0,00	3.600.000,00	3.600.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00
Créditos junto Curitiba S.A	0,00	0,00	0,00	0,00	128.239.146,50	128.239.146,50
Créditos a Receber Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	2.123.902,24	0,00	2.123.902,24	3.389.364,04	0,00	3.389.364,04
Créditos a Receber Fundo Municipal de Assistência Social	3.991.854,06	0,00	3.991.854,06	14.137.431,14	0,00	14.137.431,14
Créditos a Receber Instituto do RPPS	6.668.405,26	0,00	6.668.405,26	5.644.604,84	0,00	5.644.604,84
Outros Créditos	2.516.281,22	140,02	2.516.421,24	1.677.600,44	140,01	736.279,36
<b>Total</b>	<b>60.053.849,50</b>	<b>87.822.200,88</b>	<b>147.876.050,38</b>	<b>61.135.526,24</b>	<b>242.951.684,25</b>	<b>304.087.208,49</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



**a) Adiantamento concedido a pessoal**

Referem-se os adiantamentos concedidos pelo ente a servidores para despesas de pequeno vulto, de pronto atendimento e de diárias, que, após serem realizadas, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

**b) Fundo Rotativo da Educação**

Referem-se os adiantamentos concedidos pelo ente ao Programa Fundo Rotativo da Secretaria da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 14.755, de 25 de novembro de 2015, visando viabilizar o repasse mensal de recursos financeiros aos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal. Os recursos são geridos pelos Diretores dos estabelecimentos de ensino, que, após serem utilizados, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

**c) Concessões Concedidas**

O Município de Curitiba possuía o Contrato de Concessão Onerosa nº 13.543/2001, assinado em 06 de dezembro de 2001, para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, pelo prazo de 30 anos a partir da sua assinatura. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão o valor total de R\$ 125.000.000,00, dividido em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE.

Porém, em 23/05/2018 foi publicada a Lei Municipal nº 15.220/2019 autorizando o Executivo Municipal a antecipar o vencimento do Contrato nº 13.543/2001 e formalizar um novo contrato para substituir o anterior. Com isso, as partes firmaram em 08/06/2018 um novo Contrato de Concessão nº 186/2018 com vigência de 30 anos, onde conforme estipulado na cláusula 29 deste contrato a SANEPAR se comprometeu em repassar o valor de R\$ 88.771.010,84 a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato 13.543/2001 em três parcelas: primeira na assinatura do contrato, a segunda em março de 2019 e a terceira em novembro de 2019, as duas últimas corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

A mesma Lei nº 15.220/2019 criou o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com a finalidade de concentrar recursos para custear, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.



Além do montante a receber pelo vencimento antecipado do contrato anterior, ficou estipulado na cláusula 28 do novo contrato nº 186/2018 o comprometimento pela SANEPAR em repassar mensalmente ao FMSB de Curitiba, depois de deduzidas todas as perdas na realização de crédito e os impostos incidentes sobre o faturamento, o valor equivalente a 2% da Receita Operacional / Faturamento Total da SANEPAR no Município de Curitiba.

A parcela 3/3 da cláusula 29 do Contrato nº 186/2018 prevista para novembro/2019 não foi paga pela SANEPAR até o encerramento do exercício em 31/12/2019, ficando a receber em 2019 o saldo estimado de R\$ 28.837.172,28.

Os créditos referente a participação no faturamento (cláusula 28 do contrato nº 186/2018), foram projetados para recebimentos futuros com base na média dos valores mensais recebidos entre agosto/2018 a dezembro/2019, sendo que para os próximos cinco exercícios está previsto um montante de R\$ 94.516.110,55 a receber, totalizando R\$ 123.353.282,83 (cláusula 28 e 29).

**d) Créditos decorrentes da Venda de folha de pagamento**

O Município de Curitiba possui o Contrato nº 22667 para centralização e processamento de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Município abrangendo servidores ativos, inativos e pensionistas com a Caixa Econômica Federal – CEF, pelo prazo de 60 meses, assinado em 23 de junho de 2017. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago ao município o valor total de R\$ 131.500.000,00, dividido em parcelas distintas no decorrer do contrato, sendo que em 31/12/2019 o saldo a receber somou R\$ 4.550.000,00.

**e) Créditos junto a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A.**

O Município registrava até o exercício de 2018 um crédito de R\$ 128.239.146,49 oriundo de contratos de empréstimos financeiros contraídos pela CURITIBA S/A junto ao Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, ao Banco do Estado do Paraná – Banestado e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em que o Município de Curitiba figurou como avalista e arcou com o pagamento de parcelas não liquidadas pelo devedor original. No exercício de 2019 foi realizada a conversão deste crédito em aumento de capital conforme Lei nº 15.578/2019.

**f) Créditos a Receber Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social**

Referem-se a créditos oriundos de potencial construtivo para programas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.



### g) Créditos a Receber Fundo Municipal de Assistência Social

Referem-se a parcelas de transferências não repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, referente ao Co financiamento federal em complementariedade ao financiamento municipal, destinados exclusivamente ao custeio de serviços e ações socioassistenciais continuadas de proteção social básica e de proteção social especial, de média e alta complexibilidade, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e também os recursos de incentivo à gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS e da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD.

### h) Créditos a Receber Instituto de Previdência Municipal de Curitiba

Referem-se a créditos oriundos de contribuições devidas pelo Instituto de Previdência Municipal de Curitiba - IPMC.

## 8.7 – Investimentos e Aplicações Temporárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em segmento de renda fixa - RPPS	1.720.445.463,17	1.637.202.847,58
Aplicações em segmento de renda variável - RPPS	80.827.830,77	28.925.805,78
Aplicações com a taxa de administração do RPPS	17.270.071,58	25.602.126,73
<b>TOTAL</b>	<b>1.818.543.365,52</b>	<b>1.691.730.780,09</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## 8.8 – Estoques

A Prefeitura Municipal de Curitiba está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes no município de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP nos prazos determinados pela Portaria STN nº 548/2015. A baixo apresentamos os saldos dos almoxarifados já integrados a contabilidade.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material de Consumo	58.383,90	61.527,40
Combustíveis	2.648.106,79	2.067.212,39
Medicamentos e Materiais Hospitalares	9.071.298,06	10.168.057,33
Material de Expediente	1.227.765,23	2.056.279,86
Almoxarifado Câmara Municipal de Curitiba	295.343,74	306.369,17
<b>TOTAL</b>	<b>13.300.897,72</b>	<b>15.002.510,54</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



## 8.9 – Investimentos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS</b>	<b>437.692.423,06</b>	<b>428.395.153,06</b>
Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB	264.400.202,06	264.400.202,06
Urbanização de Curitiba S/A – URBS	84.144.961,00	74.847.691,00
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba	89.147.260,00	89.147.260,00
<b>AUMENTO DE CAPITAL EM ANDAMENTO</b>	<b>267.702.858,77</b>	<b>123.783.336,27</b>
Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB	128.815.936,27	112.815.936,27
Urbanização de Curitiba S/A – URBS	362.730,00	8.160.000,00
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba	134.416.792,50	0,00
Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A	4.107.400,00	2.807.400,00
<b>INVESTIMENTOS NO SEGMENTO DE IMÓVEIS - RPPS</b>	<b>134.103.481,88</b>	<b>150.233.514,22</b>
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>310.931,02</b>	<b>310.931,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>839.809.694,73</b>	<b>702.722.934,57</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## 8.10 – Imobilizado

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>279.431.588,87</b>	<b>251.710.219,54</b>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	86.501.563,68	80.870.514,36
Bens de informática	73.295.504,79	67.244.794,00
Móveis e utensílios	53.286.038,63	48.369.822,86
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	20.365.673,19	18.468.194,16
Veículos	30.012.580,85	23.135.131,34
Armamentos	4.328.966,52	3.447.167,52
Semoventes e equipamentos para montaria	6.008,00	6.008,00
Demais bens móveis	11.635.253,21	10.168.587,30
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>3.089.100.924,89</b>	<b>2.963.557.122,15</b>
Bens de uso especial	1.599.568.820,58	1.527.496.330,63
Bens dominicais	246.000,00	246.000,00
Bens de uso comum do povo	1.459.468.007,16	1.410.070.059,81
Bens imóveis em andamento	21.319.890,27	17.246.524,83
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8.498.206,88	8.498.206,88
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>(39.784.926,55)</b>	<b>(33.156.666,29)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.328.747.587,21</b>	<b>3.182.110.675,40</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## a) Bens Imóveis

O Controle dos Bens Imóveis pertencentes ao Município estão em processo de levantamento pelo Departamento de Patrimônio visando à adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



**b) Depreciação**

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir:

Descrição	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2011	Não realizado. Avaliando procedimentos para inclusão nos controles patrimoniais no exercício de 2018.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2012	Método das cotas constantes. Vida útil definida com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998.

**8.11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar**

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Pessoal a Pagar</b>	<b>11.561.363,94</b>	<b>16.270,26</b>	<b>11.577.634,20</b>	<b>7.109.069,2</b>	<b>16.270,26</b>	<b>7.125.339,46</b>
<b>Benefícios Previdenciários a Pagar</b>	<b>469.250,27</b>	<b>0,00</b>	<b>469.250,27</b>	<b>172.100,90</b>	<b>0,00</b>	<b>172.100,90</b>
<b>Benefícios Assistenciais a Pagar</b>	<b>1.718,87</b>	<b>0,00</b>	<b>1.718,87</b>	<b>3.209,28</b>	<b>0,00</b>	<b>3.209,28</b>
<b>Encargos Sociais a Pagar</b>	<b>2.884.893,06</b>	<b>8.575.535,09</b>	<b>11.460.428,15</b>	<b>1.849.428,03</b>	<b>8.890.098,94</b>	<b>10.739.526,97</b>
Contribuições ao RGPS	2.754.764,99	8.575.535,09	11.330.300,08	1.749.980,93	8.890.098,94	10.640.079,87
FGTS a Recolher	130.128,07	0,00	130.128,07	99.447,11	0,00	99.447,11
Outros Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.917.226,14</b>	<b>8.591.805,35</b>	<b>23.509.031,49</b>	<b>9.133.807,41</b>	<b>8.906.369,20</b>	<b>18.040.176,61</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os valores de Contribuições ao RGPS são compostos pelas obrigações correntes, no valor de R\$ 2.049.525,57, e de parcelamento de débitos com a União no que tange ao INSS, no valor de R\$ 9.280.774,51. Demais obrigações do Passivo Circulante são despesas correntes a serem pagas no início do próximo período.

**8.12 – Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores**

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Internos	45.204.942,02	223.111.701,80	268.316.643,82	92.087.735,69	222.814.259,63	314.901.995,32
Externos	39.883.239,42	344.431.320,51	384.314.559,93	42.559.278,59	374.725.718,69	417.284.997,28
Parcelamentos a Pagar	15.956.257,72	0,00	15.956.257,72	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos a Pagar	512.066,60	0,00	512.066,6	572.354,92	0,00	572.354,92
Fornecedores a Pagar	61.469.622,29	44.738.646,25	106.208.268,54	109.083.353,45	81.911.386,36	190.994.739,81
<b>TOTAL</b>	<b>163.026.128,05</b>	<b>612.281.668,56</b>	<b>775.307.796,61</b>	<b>244.302.722,65</b>	<b>679.451.364,68</b>	<b>923.754.087,33</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base nas seguintes cotações do dia 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Valor
Dólar	4,0301
Euro	4,5290
lene	0,03713

Fonte: Banco Central do Brasil  
<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww4.bcb.gov.br%2Fpec%2Ftaxas%2Fport%2Ftaxnpesq.asp>

Foram excluídas na consolidação do Balanço Patrimonial as seguintes operações intra orçamentárias existentes entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Curitiba:

IPMC – Créditos a Receber	Valor
Créditos Curto Prazo	26.372.945,76
Créditos a Longo Prazo	358.232.513,02
<b>Total</b>	<b>384.605.458,78</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

PMC – Dívida a Pagar	Valor
Encargos Sociais a Pagar – Parcelamentos a Curto Prazo	26.372.945,76
Encargos Sociais a Pagar – Parcelamentos a Longo Prazo	358.232.513,02
<b>Total</b>	<b>384.605.458,78</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

O detalhamento dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e precatórios, classificados como dívida fundada, estão apresentados no Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada, sendo discriminado abaixo seu saldo em 31/12/2019 em passivo circulante e passivo não circulante.

Operações de crédito	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Pró-moradia Bacia Rio Barigui - Cont.232.507-12	1.005.042,83	13.337.038,56	14.342.081,39
Pró-moradia Bacia Rio Atuba - Cont.232.527-53	602.059,43	5.263.630,49	5.865.689,92
Pró-moradia Moradias Itaquí - Cont.232.530-08	372.964,63	5.477.425,25	5.850.389,88
Pró-moradia Vila Unidos do Umbará - Cont.232.492-43	316.522,26	819.620,84	1.136.143,10
Pró-moradia Vila Nori e Três Pinheiros - Cont.232.522-01	204.403,12	2.593.630,55	2.798.033,67
Pró-moradia Vila Menino Jesus - Cont.232.509-30	148.194,18	2.005.827,48	2.154.021,66
Pró-moradia Vila Pantanal - Cont.232.513-91	258.675,55	625.221,87	883.897,42
Pró-moradia Vila Prado - Cont.232.525-34	224.398,30	2.204.172,78	2.428.571,08
Copa Fifa 2014 Corredor Aeroporto/Rodoferroviária Contr. 0319.119-63	2.389.005,19	48.472.314,29	50.861.319,48



## Departamento de Contabilidade

Copa Fifa 2014 Sim-sistema Integrado de Monitor Contr. 0319.124-36	2.322.521,05	46.757.444,32	49.079.965,37
Copa Fifa 2014 Requalificação Rodo. Contr. 0319.126-56	1.359.211,23	26.620.555,21	27.979.766,44
Copa Fifa 2014 Extensão Linha Verde Sul. Contr. 0319.128-74	673.657,52	14.037.206,52	14.710.864,04
Copa Fifa 2014 Reforma e Ampl.do Terminal Sta. Cândida Contr. 0319.130-15	551.761,96	9.650.187,53	10.201.949,49
Copa Fifa 2014 Requalificação Corredor Mal. Floriano Contr. 0319.131-29	893.944,73	15.416.566,43	16.310.511,16
Cpac Copa 0416.241-18	8.623.096,05	0,00	8.623.096,05
Cpac Habitação 0416.245-56	1.556.983,66	937.721,89	2.494.705,55
Pmc Afpr sfm 2708/2010 (612)	2.923.143,67	0,00	2.923.143,67
Pmc Afpr Sfm 2867/2012 (614)	99.131,11	0,00	99.131,11
Pmc Afpr Sfm 2868/2012 (614)	83.769,72	0,00	83.769,72
Pmc Afpr Sfm 2869/2012 (614)	179.380,65	0,00	179.380,65
Pmc Afpr Sfm 2870/2012 (614)	138.979,93	0,00	138.979,93
Pmc Afpr Sfm 2871/2012 (614)	156.016,90	0,00	156.016,90
Pmc Afpr Sfm 2872/2012 (614)	21.468,54	0,00	21.468,54
Pmc Afpr Sfm 2873/2012 (614)	336.797,41	0,00	336.797,41
Pmc Afpr Sfm 2874/2012 (614)	54.734,78	0,00	54.734,78
Pmc Afpr Sfm 2885/2012 (615)	3.442.644,87	0,00	3.442.644,87
Pmc Afpr Sfm 3832	792.907,81	20.554.285,10	21.347.192,91
BNDES - PMAT SUBCREDITO A	1.485.618,48	52.868,09	1.538.486,57
BNDES - PMAT SUBCREDITO B	5.135.143,10	2.665.402,78	7.800.545,88
BANCO DO BRASIL	7.546.084,88	5.620.581,82	13.166.666,70
NOVAÇÃO DE FORNECEDORES	15.956.257,72	42.142.730,56	58.098.988,28
Parcelamento PASEP	7.454.255,98	89.224.287,37	96.678.543,35
INSS Débitos Parcelados	705.239,38	8.575.535,13	9.280.774,51
RPPS Débito Parcelado Lei 15.091 de 17/10/2017	26.372.945,75	358.232.512,98	384.605.458,73
COHAB - Lei 12.690/2008	1.306.678,48	0,00	1.306.678,48
TRT Alimentares	2.207.885,01	16.270,26	2.224.155,27
TJ Precatórios Causas Cíveis	28.589.159,64	225.927,15	28.815.086,79
TJ Precatórios Alimentares	13.015.679,79	2.369.988,54	15.385.668,33
TJ Precatórios Alimentares – IPMC	469.250,27	0,00	469.250,27
Banco Interamericano De Desenvolvimento - BID II	19.796.069,75	74.961.495,36	94.757.565,11
Banco Interamericano De Desenvolvimento - BID III	9.468.481,60	148.834.020,25	158.302.501,85
AFD Linha Verde	10.618.688,07	120.635.804,90	131.254.492,97
<b>Total</b>	<b>179.858.854,98</b>	<b>1.068.330.274,30</b>	<b>1.248.189.129,28</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



## 8.13 – Obrigações Fiscais

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PASEP	7.454.255,98	89.224.287,37	96.678.543,35	7.068.319,55	92.615.762,38	99.684.081,93
<b>TOTAL</b>	<b>7.454.255,98</b>	<b>89.224.287,37</b>	<b>96.678.543,35</b>	<b>7.068.319,55</b>	<b>92.615.762,38</b>	<b>99.684.081,93</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

## 8.14 – Provisões

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	15.486.980,37	218.099.148,80	233.586.129,17	0,00	0,00	0,00
Provisões para Riscos Fiscais	0,00	117.195.059,64	117.195.059,64	0,00	112.035.507,04	112.035.507,04
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	2.295.903.640,15	2.295.903.640,15	0,00	2.394.574.045,90	2.394.574.045,90
<b>TOTAL</b>	<b>15.486.980,37</b>	<b>2.631.197.848,59</b>	<b>2.646.684.828,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.506.609.552,94</b>	<b>2.506.609.552,94</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Foram provisionados a título de Riscos Trabalhistas o total de R\$ 233.586.129,17 correspondente ao conjunto de processos em que o Município de Curitiba figura como réu, conforme comunicado pela Procuradoria de Recursos Humanos – PGRH através da Informação nº 001/2020-PGRH no protocolo 04-072737/2019:

Autos nº	Objeto/descrição	Valor estimado
0755900-37.2006.5.09.0002	Ação Trabalhista de reintegração de Empresa Pública.	R\$ 1.500.000,00
0001585-78.2017.5.09.0014	SINDACS - Ação coletiva dos Agentes Comunitários de Saúde.	R\$ 3.000.000,00
0001650-02.2017.5.09.0652	SINDACS - Ação coletiva dos Agentes Comunitários de Saúde.	R\$ 5.000.000,00
0005520-15.2017.8.16.0004	Ações Coletivas Relativas à Suspensão de Planos de Carreira pela Lei nº 15.043/17.	R\$ 163.000.000,00
0004557-07.2017.8.16.0004	Ação de Suspensão dos Planos de Carreira e Enquadramento de Professores de Educação Infantil.	R\$ 17.099.148,80
0003714-76.2016.8.16.0004	Ação coletiva Pagamento de Horas Extras de sábados trabalhados Magistério 2011 a 2016.	R\$ 30.000.000,00
0036950-92.2011.8.16.0004	Ação coletiva Pagamento de Horas Extras de sábados trabalhados Magistério.	R\$ 7.286.980,37
005008-81.2007.8.16.0004	Ação coletiva pagamento 13 Salário sobre a totalidade da Remuneração - Magistério.	R\$ 5.600.000,00
0001732-71.2009.8.16.0004	Ação Coletiva Plano de Crescimento Estabelecido Pela Lei nº 12.348/2007.	R\$ 1.100.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 233.586.129,17</b>

Fonte: Procuradoria de Recursos Humanos - PGRH



As Provisões para Riscos Fiscais se referem as autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil relacionados a débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) em que o Município vem contestando tais cobranças na esfera administrativa e judicial, mas até o encerramento do exercício não houve decisão sobre o pleito, sendo ainda inclusas nesse grupo às ações em que o Município é parte, classificadas como grau de risco “perda provável”, conforme dados repassados pela Procuradoria Judicial – PGJ na Informação nº 087/2019-PGJ/PGM no Protocolo nº 04-072733/2019.

As provisões matemáticas previdenciárias calculadas pelo laudo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS estão discriminadas abaixo:

<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisões de Benefícios Concedidos	11.166.763.201,55	9.926.095.773,58
Provisões de Benefícios a Conceder	3.434.902.909,10	4.374.951.420,11
Plano de Amortização	-12.307.376.913,29	-14.937.752.971,95
Provisões Atuariais para ajustes do Plano Previdenciário	1.614.442,79	3.031.279.824,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.295.903.640,15</b>	<b>2.394.574.045,90</b>

FONTE: ACTUARIAL - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda / IPMC – Curitiba – PR – Base de Dados.

O cálculo atuarial foi realizado com as seguintes Hipóteses:

<b>Exercício</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Data Base dos Dados da Avaliação	31/12/2018	31/12/2017
Nº de Servidores Ativos	29.595	30.241
Folha Salarial de Ativos	R\$ 139.495.892,99	R\$ 139.473.357,21
Idade Média de Ativos	45,8 anos	45,4 anos
Nº de Servidores Inativos	16.155	15.170
Folha dos Inativos	R\$ 87.231.233,24	R\$ 78.699.127,28
Idade Média de Inativos	65,6 anos	65,4 anos
Crescimento Real de Remunerações de Ativos	1,80% ao ano	1,75% ao ano
Crescimento Real de Proventos de Inativos	Não considerada	Não considerada
Taxa Média de Inflação	Não considerada	Não considerada
Taxa de Crescimento do PIB	Não considerada	Não considerada
Taxa de Juros Real	6% ao ano	6% ao ano
Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos	IBGE 2016 ambos os sexos	IBGE 2015 ambos os sexos
Experiência de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Gerações Futuras ou Novos Entrados	Não considerada	Não considerada

FONTE: ACTUARIAL - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda / IPMC – Curitiba – PR – Base de Dados.



## 8.15 – Demais Obrigações

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores Restituíveis	96.269.158,05	0,00	96.269.158,05	98.490.980,31	0,00	98.490.980,31
Obrigações Deixadas de Empenhar/Repassar	13.689.062,05	0,00	13.689.062,05	64.837.831,05	0,00	64.837.831,05
<b>TOTAL</b>	<b>109.958.220,10</b>	<b>0,0</b>	<b>109.958.220,10</b>	<b>163.328.811,36</b>	<b>0,00</b>	<b>163.328.811,36</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## 8.16 – Patrimônio Líquido

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		
Superávit/Déficit do Exercício	379.186.769,14	3.484.798.354,34
Superávit/Déficit do Exercícios Anteriores	5.074.317.613,37	1.461.782.722,11
Ajustes de Exercícios Anteriores	45.321.157,02	127.736.536,92
<b>TOTAL</b>	<b>5.498.825.539,53</b>	<b>5.074.317.613,37</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## a) Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial no exercício de 2019, apresentado no Demonstrativo Consolidado das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, foi um Superávit Patrimonial de R\$ 379.186.769,14.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	12.784.552.001,66	14.648.603.152,54
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	12.405.365.232,52	11.163.804.798,20
<b>= Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>379.186.769,14</b>	<b>3.484.798.354,34</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Abaixo apresentamos o Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias no resultado do exercício de 2019.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
(-) Provisões Matemáticas Previdenciárias	-3.910.415.594,05	-3.101.829.817,77
Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	4.009.085.999,80	6.147.451.920,54
<b>Total</b>	<b>98.670.405,75</b>	<b>3.045.622.102,77</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas dos desempenhos apurados em 31/12/2019, comparados ao mesmo período do ano anterior, para as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (I)</b>	<b>12.784.552.001,66</b>	<b>14.648.603.152,54</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.147.778.956,11	3.352.523.455,34
Contribuições	372.688.360,31	343.188.836,38
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	988.654.421,05	1.032.445.012,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	803.918.328,53	553.819.621,58
Transferências e Delegações Recebidas	3.159.327.024,01	3.010.944.824,13
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	22.316.085,32	7.234.616,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.289.868.826,33	6.348.446.785,95
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD (II)</b>	<b>12.405.365.232,52</b>	<b>11.163.804.798,20</b>
Pessoal e Encargos	2.454.266.862,72	2.429.962.135,30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.195.745.757,40	1.072.532.986,26
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.465.629.573,00	3.193.095.631,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	269.608.617,24	404.799.038,24
Transferências e Delegações Concedidas	115.866.335,87	106451.703,15
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	450.643.124,77	692.906.914,78
Tributárias	131.602.621,28	67.754.324,93
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.322.002.340,24	3.196.302.063,72
<b>Resultado Patrimonial do Exercício (I – II)</b>	<b>379.186.769,14</b>	<b>3.484.798.354,34</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

#### b) Ajustes de exercícios Anteriores

O saldo da conta Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 45.321.157,02 correspondem:

- 1) Execução orçamentária de despesas ocorridas em anos anteriores no valor de R\$ 193.654,32;
- 2) Baixas de despesas reconhecidas por competência sem a execução orçamentária no valor de R\$ 50.065.985,18;
- 3) Reconhecimento de créditos de exercícios anteriores R\$ 2.517,52;
- 4) Baixa de créditos reconhecidos em exercícios anteriores R\$ 4.941.000,00

#### 8.17 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.



Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A partir de então apresentado o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes em atendimento ao disposto na referida lei. Sua composição está discriminada abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO FINANCEIRO	4.182.828.525,54	3.598.447.629,39
ATIVO PERMANENTE	5.478.031.851,72	5.602.974.939,25
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.660.860.377,26</b>	<b>9.201.422.568,64</b>
PASSIVO FINANCEIRO	531.200.084,15	622.942.335,95
Passivo Circulante – Financeiro	119.764.992,16	139.215.822,25
Passivo Não Circulante – Financeiro	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	47.831.256,04	58.709.321,65
Inscrição de Restos a Pagar Não Proc. do Exercício	363.603.835,95	425.017.192,05
PASSIVO PERMANENTE	4.041.409.786,93	3.993.612.719,45
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.572.609.871,08</b>	<b>4.616.555.055,40</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>5.088.250.506,18</b>	<b>4.584.867.513,24</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

#### 8.18 – Quadro das Contas de Compensação

O Quadro das Contas de Compensação “compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

##### a) Atos Potenciais Ativos

São os atos e fatos que possam vir a aumentar o ativo ou diminuir o passivo da entidade governamental, sendo que no encerramento de 2019 o saldo foi de R\$ 1.964.717.991,68, representando uma variação positiva de 7,60% em relação ao saldo final do ano anterior que foi de R\$ 1.825.882.946,73.

A composição dos Potenciais Ativos é formada em maior parte (85,97%) pelos Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber, no montante de R\$ 1.689.020.730,20, que correspondem às parcelas a receber de convênios para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns, e os 11,96%





restantes a Direitos Contratuais a Executar de R\$ 234.998.740,81 que se referem aos contratos de serviços em que o Município seja a contratada no Instrumento Contratual com terceiros.

#### b) Atos Potenciais Passivos

São os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade, onde em 2019 foi apurado um saldo final de R\$ 13.711.721.152,86, sendo este 14,25% maior que o fechamento de 2018 de R\$ 12.001.950.050,44.

O saldo de 2019 dos Potenciais Passivos concentrou seu maior volume nas Obrigações Contratuais a Executar que ficou em R\$ 12.025.906.349,69 (87,71%), que demonstram o saldo das contas relacionadas aos valores de obrigações contratuais em que a Administração participa como contratante, distribuídos nos seguintes grupos:

Atos Potenciais Passivos - Controle das Obrigações Contratuais a Executar		
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Contratos de Seguros	961.725,20	849.626,20
Contratos de Serviços	10.933.303.982,41	9.451.187.291,21
Contratos de Aluguéis	170.451.242,95	152.855.213,67
Contratos de Fornecimento de Bens	124.357.297,71	118.043.341,89
Contratos de Operações de Créditos Interna e Externas	596.249.030,01	430.578.961,67
Outras Obrigações Contratuais	202.996.837,59	311.046.393,21
<b>TOTAL</b>	<b>12.028.320.115,87</b>	<b>10.464.560.827,85</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

## 9 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias está apresentado em notas explicativas integrante da própria demonstração.



A apropriação da Receita Orçamentária está apresentada pela arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

No Balanço Orçamentário, na coluna “Previsão Atualizada”, os valores em relação à Lei nº 15.375/2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de receitas. No caso das Despesas, na coluna “Dotação Atualizada”, os valores, em relação à Lei nº 15.375/2018 – LOA, representam as dotações iniciais e os Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

### 9.1 – Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei nº 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal. No exercício financeiro de 2019 as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição:

Alterações Orçamentárias					
Descrição	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Operações de Crédito	Anulação de Dotações	Total
Crédito Adicional Suplementar	569.668.154,19	217.031.799,84	5.569.000,00	0,00	792.268.954,03
Crédito Adicional Especial	3.168.700,00	0,00	0,00	0,00	3.168.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>572.836.854,19</b>	<b>217.031.799,84</b>	<b>5.569.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>795.437.654,03</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Foram abertos créditos adicionais com base no superávit financeiros por fontes de recursos, apurados no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 572.836.854,19, bem como abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação e operações de crédito, no valor de R\$ 217.031.799,84 e R\$ 5.569.000,00, respectivamente.

Esclarece-se que nos créditos abertos com base no superávit financeiro não se efetuou novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Destaca-se que na utilização dos recursos decorrentes das citadas origens observou-se o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

**a) Excesso de Arrecadação Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:**

Empresa	Data	Nr Decreto	Artigo Lei	Valor
Fundo de Urbanização de Curitiba	29/01/2019	101	4º - IV	3.019,15
Fundo de Urbanização de Curitiba	30/07/2019	1001	4º - IV	11.023.704,10
Fundo de Urbanização de Curitiba	30/07/2019	1001	4º - V	18.110.184,95
Fundo de Urbanização de Curitiba	09/12/2019	1647	4º - IV	3.428.042,12
Fundo de Urbanização de Curitiba	12/12/2019	1660	4º - V	25.000.000,00
Fundo Municipal da Saúde	23/10/2019	1405	4º - IV	1.031,86
Fundo Municipal da Saúde	13/11/2019	1539	4º - V	36.283.909,96
Fundo Municipal da Saúde	22/11/2019	1568	4º - IV	1.778.000,00
Fundo Municipal da Saúde	27/11/2019	1587	4º - V	7.129.965,61
Fundo Municipal da Saúde	06/12/2019	1635	4º - V	728.000,00
Fundo Municipal da Saúde	10/12/2019	1651	4º - V	1.966.693,00
Fundo Municipal da Saúde	12/12/2019	1662	4º - IV	20.000.000,00
Fundo Municipal da Saúde	12/12/2019	1662	4º - V	10.000.000,00
Fundo Municipal da Saúde	20/12/2019	1714	4º - V	9.240.719,36
Fundo Municipal de Assistência Social	16/10/2019	1385	4º - IV	19,02
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	21/05/2019	612	4º - IV	6.800,00
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	05/08/2019	1011	4º - IV	1.801,35
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	12/09/2019	1225	4º - IV	9.000.000,00
Instituto Municipal de Turismo	09/07/2019	820	4º - IV	228.600,58
Instituto Municipal de Turismo	19/11/2019	1561	4º - V	210.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/01/2019	99	4º - IV	508,05
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/02/2019	190	4º - IV	132,82
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	250	4º - V	522.838,83
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	253	4º - V	163.350,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	01/03/2019	269	4º - V	797.590,83
Prefeitura Municipal de Curitiba	26/03/2019	348	4º - IV	1.785.962,07
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/03/2019	358	4º - IV	28,29
Prefeitura Municipal de Curitiba	02/04/2019	376	4º - IV	75.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	02/04/2019	384	4º - V	75.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/04/2019	500	4º - IV	73.800,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	27/05/2019	637	4º - IV	5.712,87
Prefeitura Municipal de Curitiba	26/06/2019	756	4º - IV	3.901,16
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/07/2019	920	4º - IV	16.409,47
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/07/2019	921	4º - V	112.146,40
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/08/2019	1032	4º - IV	2.458,71
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/08/2019	1065	4º - IV	1.196.357,97
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/08/2019	1065	4º - V	503.642,03
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/08/2019	1071	4º - IV	35.208,34
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/08/2019	1075	4º - IV	285.702,63
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/08/2019	1075	4º - V	99.833,61
Prefeitura Municipal de Curitiba	22/08/2019	1117	4º - V	411.860,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	03/09/2019	1158	4º - IV	175.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	05/09/2019	1177	4º - IV	109,70
Prefeitura Municipal de Curitiba	12/09/2019	1219	4º - IV	220.920,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/09/2019	1247	4º - IV	66.200,89



## Departamento de Contabilidade

Prefeitura Municipal de Curitiba	10/10/2019	1339	4º - V	68.431,84
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/10/2019	1417	4º - IV	23.540,94
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/11/2019	1500	4º - IV	15.597,77
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/11/2019	1506	4º - IV	22.691,26
Prefeitura Municipal de Curitiba	13/11/2019	1536	4º - IV	90.995,40
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/11/2019	1554	4º - IV	9.801,86
Prefeitura Municipal de Curitiba	27/11/2019	1584	4º - IV	56.000.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/12/2019	1648	4º - IV	30.283,40
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/12/2019	1685	4º - IV	291,64
<b>Total Geral</b>				<b>217.031.799,84</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### b) Operações de Crédito utilizado para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente:

Empresa	Data	Nr Decreto	Artigo Lei	Valor
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/05/2019	548	4º - VI	940.277,63
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/10/2019	1381	4º - VI	3.096.848,13
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/12/2019	1691	4º - VI	1.531.874,24
<b>Total Geral</b>				<b>5.569.000,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### c) Superávit Financeiro utilizado para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente:

Empresa	Data	Nr Decreto	Artigo Lei	Valor
Fundação Cultural de Curitiba	07/02/2019	180	4º - III	944.078,47
Fundação de Ação Social	15/03/2019	321	4º - III	117.540,00
Fundação de Ação Social	22/04/2019	471	4º - III	3.900,00
Fundação de Ação Social	10/05/2019	566	4º - III	234.547,47
Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba	02/04/2019	386	4º - III	2.025.294,57
Fundo de Urbanização de Curitiba	29/01/2019	101	4º - III	312.026,48
Fundo de Urbanização de Curitiba	22/02/2019	206	4º - III	3.050.017,49
Fundo de Urbanização de Curitiba	22/05/2019	617	4º - III	15.539.876,84
Fundo de Urbanização de Curitiba	09/12/2019	1647	4º - III	13.596.257,80
Fundo Municipal da Cultura	07/02/2019	181	4º - III	1.154.005,97
Fundo Municipal da Saúde	29/01/2019	105	4º - III	13.000,00
Fundo Municipal da Saúde	14/02/2019	204	4º - III	50.186,71
Fundo Municipal da Saúde	28/02/2019	265	4º - III	25.428.111,72
Fundo Municipal da Saúde	02/04/2019	373	4º - III	270.000,00
Fundo Municipal da Saúde	22/04/2019	474	4º - III	68.189,54
Fundo Municipal da Saúde	09/05/2019	544	4º - III	87.920,12
Fundo Municipal da Saúde	28/05/2019	642	4º - III	384.027,06
Fundo Municipal da Saúde	28/06/2019	771	4º - III	17.413,34



## Departamento de Contabilidade

Fundo Municipal da Saúde	16/07/2019	883	4º - III	139.984,72
Fundo Municipal da Saúde	08/08/2019	1048	4º - III	250.000,00
Fundo Municipal da Saúde	27/08/2019	1134	4º - III	450.000,00
Fundo Municipal da Saúde	23/10/2019	1405	4º - III	60.190,12
Fundo Municipal da Saúde	04/11/2019	1461	4º - III	904.413,20
Fundo Municipal da Saúde	20/11/2019	1567	4º - III	1.408.342,00
Fundo Municipal da Saúde	27/11/2019	1587	4º - III	25.000,00
Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente	28/01/2019	96	4º - III	2.015.869,39
Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente	08/08/2019	1040	4º - III	2.100.000,00
Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente	18/09/2019	1244	4º - III	678.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	01/02/2019	134	4º - III	2.700,00
Fundo Municipal de Assistência Social	06/03/2019	282	4º - III	378.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	15/03/2019	320	4º - III	618.524,13
Fundo Municipal de Assistência Social	26/03/2019	346	4º - III	150.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	10/04/2019	429	4º - III	1.071.856,71
Fundo Municipal de Assistência Social	10/04/2019	433	4º - III	3.717.552,74
Fundo Municipal de Assistência Social	22/04/2019	472	4º - III	171.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	24/04/2019	481	4º - III	1.434.570,61
Fundo Municipal de Assistência Social	10/05/2019	564	4º - III	3.006.373,45
Fundo Municipal de Assistência Social	30/05/2019	654	4º - III	74.832,37
Fundo Municipal de Assistência Social	06/06/2019	699	4º - III	560.944,78
Fundo Municipal de Assistência Social	26/09/2019	1286	4º - III	350.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	29/04/2019	499	4º - III	324.972,71
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	15/08/2019	1064	4º - III	67.447,40
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	21/08/2019	1112	4º - III	300,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	13/09/2019	1233	4º - III	22.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	10/10/2019	1335	4º - III	60.500,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	21/01/2019	62	4º - III	860.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	28/02/2019	252	4º - III	1.731.581,94
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	25/06/2019	748	4º - III	1.100.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	04/07/2019	790	4º - III	500.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	22/07/2019	937	4º - III	460.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	01/08/2019	1004	4º - III	800.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	22/08/2019	1115	4º - III	1.300.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	18/09/2019	1250	4º - III	252.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	11/10/2019	1357	4º - III	114.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	30/01/2019	107	4º - III	25.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	28/02/2019	258	4º - III	2.143.509,03
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	14/03/2019	301	4º - III	5.400,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	25/04/2019	486	4º - III	6.800.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	21/05/2019	608	4º - III	1.000.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	25/07/2019	987	4º - III	186.250,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	08/08/2019	1041	4º - III	609.605,86
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	08/08/2019	1042	4º - III	5.899.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	08/08/2019	1046	4º - III	1.070.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	26/08/2019	1133	4º - III	360.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	18/09/2019	1243	4º - III	150.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	11/10/2019	1356	4º - III	154.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	22/10/2019	1400	4º - III	18.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	05/11/2019	1470	4º - III	130.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	08/11/2019	1523	4º - III	55.000,00



## Departamento de Contabilidade

Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	13/11/2019	1542	4º - III	480.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	22/11/2019	1570	4º - III	6.060.000,00
Fundo Municipal para Criança e o Adolescente	09/12/2019	1638	4º - III	100.000,00
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	21/05/2019	612	4º - III	217.275,88
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	27/05/2019	620	4º - III	73.269,63
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	13/06/2019	725	4º - III	66.833,33
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	20/11/2019	1564	4º - III	160.277,00
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	14/01/2019	34	4º - III	8.118.000,00
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	07/05/2019	535	4º - III	2.877.000,00
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	19/08/2019	1082	4º - III	1.205.000,00
Instituto Municipal de Administração Pública	14/03/2019	304	4º - III	1.769.166,63
Instituto Municipal de Administração Pública	18/09/2019	1245	4º - III	642.200,00
Instituto Municipal de Administração Pública	02/10/2019	1312	4º - III	11.000,00
Instituto Municipal de Administração Pública	14/11/2019	1545	4º - III	490.492,87
Instituto Municipal de Administração Pública	19/11/2019	1556	4º - III	25.000,00
Instituto Municipal de Turismo	10/04/2019	430	4º - III	821.898,34
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/01/2019	18	4º - III	20.000.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/01/2019	33	4º - III	4.100.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/01/2019	53	4º - III	2.040.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	21/01/2019	60	4º - III	475.580,47
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/01/2019	66	4º - III	118.162,15
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/01/2019	67	4º - III	613.140,34
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/01/2019	98	4º - III	2.978.802,92
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/01/2019	99	4º - III	132.477,22
Prefeitura Municipal de Curitiba	30/01/2019	106	4º - III	283.930,18
Prefeitura Municipal de Curitiba	31/01/2019	123	4º - III	8.000.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	31/01/2019	125	4º - III	700.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/02/2019	166	4º - III	2.237.852,83
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/02/2019	179	4º - III	20.336.771,37
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/02/2019	185	4º - III	257.832,98
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/02/2019	190	4º - III	7.942,09
Prefeitura Municipal de Curitiba	14/02/2019	202	4º - III	350.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	22/02/2019	217	4º - III	174.450,42
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	249	4º - III	10.220.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	250	4º - III	1.112.983,49
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	251	4º - III	12.238.379,55
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	253	4º - III	163.350,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/02/2019	257	4º - III	1.813.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	01/03/2019	269	4º - III	2.004.154,50
Prefeitura Municipal de Curitiba	14/03/2019	303	4º - III	1.961.165,73
Prefeitura Municipal de Curitiba	15/03/2019	317	4º - III	33.513.427,21
Prefeitura Municipal de Curitiba	19/03/2019	324	4º - III	110.236,02
Prefeitura Municipal de Curitiba	26/03/2019	349	4º - III	2.736.592,68
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/04/2019	431	4º - III	817.964,60
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/04/2019	432	4º - III	181.368,50
Prefeitura Municipal de Curitiba	24/04/2019	478	4º - III	880.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	25/04/2019	485	4º - III	1.054.520,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/04/2019	501	4º - III	253.300,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	02/05/2019	523	4º - III	800.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	03/05/2019	531	4º - III	1.270.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/05/2019	533	4º - III	1.074.644,07



## Departamento de Contabilidade

Prefeitura Municipal de Curitiba	09/05/2019	543	4º - III	490.816,67
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/05/2019	547	4º - III	662.749,24
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/05/2019	568	4º - III	425.645,14
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/05/2019	571	1º	668.700,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/05/2019	592	4º - III	205.148,55
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/05/2019	595	4º - III	1.064.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	21/05/2019	609	4º - III	1.158.019,38
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/05/2019	618	4º - III	600.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	27/05/2019	622	4º - III	116.172,04
Prefeitura Municipal de Curitiba	27/05/2019	637	4º - III	207.609,12
Prefeitura Municipal de Curitiba	30/05/2019	655	4º - III	218.671,31
Prefeitura Municipal de Curitiba	06/06/2019	671	4º - III	125.506,36
Prefeitura Municipal de Curitiba	06/06/2019	692	4º - III	4.282.373,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	11/06/2019	708	4º - III	937.045,17
Prefeitura Municipal de Curitiba	13/06/2019	723	4º - III	5.850.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	25/06/2019	746	4º - III	11.116.381,51
Prefeitura Municipal de Curitiba	28/06/2019	770	4º - III	3.201.032,52
Prefeitura Municipal de Curitiba	04/07/2019	791	4º - III	1.084.144,23
Prefeitura Municipal de Curitiba	11/07/2019	844	4º - III	393.785,77
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/07/2019	881	4º - III	30.486.294,50
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/07/2019	920	4º - III	2.175.372,70
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/07/2019	921	4º - III	1.731.635,37
Prefeitura Municipal de Curitiba	25/07/2019	988	4º - III	800,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/07/2019	991	4º - III	256.981,45
Prefeitura Municipal de Curitiba	01/08/2019	1002	4º - III	138.744,34
Prefeitura Municipal de Curitiba	05/08/2019	1012	4º - III	8.797.951,73
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/08/2019	1032	4º - III	199.213,18
Prefeitura Municipal de Curitiba	08/08/2019	1038	4º - III	300.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/08/2019	1051	4º - III	367.066,70
Prefeitura Municipal de Curitiba	19/08/2019	1088	4º - III	1.228.853,58
Prefeitura Municipal de Curitiba	19/08/2019	1089	4º - III	428,19
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/08/2019	1121	4º - III	36.045.311,26
Prefeitura Municipal de Curitiba	27/08/2019	1135	4º - III	120.761,70
Prefeitura Municipal de Curitiba	05/09/2019	1177	4º - III	493,24
Prefeitura Municipal de Curitiba	05/09/2019	1194	4º - III	19.765.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	06/09/2019	1206	4º - III	60.573,35
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/09/2019	1211	4º - III	1.185.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	12/09/2019	1218	4º - III	6.440.689,13
Prefeitura Municipal de Curitiba	13/09/2019	1234	4º - III	131.862,80
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/09/2019	1247	4º - III	101.342,84
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/09/2019	1249	4º - III	500.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/09/2019	1260	4º - III	136.081,99
Prefeitura Municipal de Curitiba	26/09/2019	1280	4º - III	212.500,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	10/10/2019	1339	4º - III	715.424,70
Prefeitura Municipal de Curitiba	11/10/2019	1353	4º - III	450.818,28
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/10/2019	1376	1º	652.778,23
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/10/2019	1380	4º - III	5.144.813,84
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/10/2019	1390	4º - III	1.250.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	22/10/2019	1402	4º - III	425.776,89
Prefeitura Municipal de Curitiba	23/10/2019	1409	1º	2.500.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	25/10/2019	1420	4º - III	3.500.000,00



## Departamento de Contabilidade

Prefeitura Municipal de Curitiba	31/10/2019	1436	4º - III	1.226.922,55
Prefeitura Municipal de Curitiba	31/10/2019	1452	1º	6.338.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	05/11/2019	1468	4º - III	100.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/11/2019	1500	4º - III	120.731,53
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/11/2019	1506	4º - III	71.329,01
Prefeitura Municipal de Curitiba	07/11/2019	1511	4º - III	429.093,09
Prefeitura Municipal de Curitiba	13/11/2019	1536	4º - III	305.149,14
Prefeitura Municipal de Curitiba	14/11/2019	1547	4º - III	54.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	18/11/2019	1554	4º - III	9.688,42
Prefeitura Municipal de Curitiba	22/11/2019	1569	4º - III	452.001,46
Prefeitura Municipal de Curitiba	29/11/2019	1598	4º - III	5,68
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/12/2019	1641	4º - III	597.000,00
Prefeitura Municipal de Curitiba	09/12/2019	1648	4º - III	879,47
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/12/2019	1685	4º - III	14.780,24
Prefeitura Municipal de Curitiba	16/12/2019	1691	4º - III	94.345,86
Prefeitura Municipal de Curitiba	19/12/2019	1707	1º	138.000.000,00
<b>Total Geral</b>				<b>572.836.854,19</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### 9.2 – Inscrições de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro.

A execução orçamentária do Município, no exercício financeiro de 2019, resultou na inscrição de Restos a Pagar no montante de R\$ 383.407.083,18, classificados conforme tabela abaixo:

Grupo Natureza de Despesa	31/12/2019			31/12/2018		
	Execução da Despesa			Inscrição de Restos a Pagar		
	Empenhada	Liquidada	Paga	Não Processados	Processados	Total
Pessoal e Encargos Sociais	4.072.094.872,36	4.066.507.490,30	4.064.198.245,49	5.587.382,06	2.309.244,81	7.896.626,87
Juros e Encargos da Dívida	42.369.838,71	42.369.838,71	41.857.772,11	0,00	512.066,60	512.066,60
Outras Despesas Correntes	3.905.268.926,94	3.709.847.414,68	3.696.189.959,64	195.421.512,26	13.657.455,04	209.078.967,30
Investimentos	252.688.321,01	114.914.987,85	112.037.126,91	137.773.333,16	2.877.860,94	140.651.194,10
Inversões Financeiras	149.954.792,50	145.216.792,50	145.216.792,50	4.738.000,00	0,00	4.738.000,00
Amortização da Dívida	346.975.411,72	327.751.861,89	326.445.183,41	19.223.549,83	1.306.678,48	20.530.228,31
<b>TOTAL</b>	<b>8.769.352.163,24</b>	<b>8.406.608.385,93</b>	<b>8.385.945.080,06</b>	<b>362.743.777,31</b>	<b>20.663.305,87</b>	<b>383.407.083,18</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)





### 9.3 – Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores

O saldo dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e evidenciados nos Anexos I e II que acompanham o Balanço Orçamentário, em 31 de dezembro de 2019, correspondeu ao valor de R\$ 51.523.842,92, que adicionado às inscrições decorrentes da execução orçamentária de 2019 de R\$ 383.407.083,18, totaliza a quantia de R\$ 434.930.926,10, conforme evidenciado a seguir:

Descrições	Restos a Pagar Não Processados	Restos a Pagar Processados	Total
Saldo em 31/12/2018	489.450.100,13	35.001.255,51	524.451.355,64
(-) Pagamentos	347.796.450,86	31.292.673,49	379.089.124,35
(-) Cancelamentos	92.125.803,75	1.712.584,62	93.838.388,37
<b>Saldo em 31/12/2019 (Antes da Inscrição do Exercício)</b>	<b>49.527.845,52</b>	<b>1.995.997,40</b>	<b>51.523.842,92</b>
(+) Inscrições	362.743.777,31	20.663.305,87	383.407.083,18
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>412.271.622,83</b>	<b>22.659.303,27</b>	<b>434.930.926,10</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### 9.4 – Resultado Orçamentário

No exercício financeiro de 2019 o município arrecadou receitas no total de R\$ 9.397.637.784,40 e executou despesas no montante de R\$ 8.769.352.163,24, registrando um resultado orçamentário superavitário de R\$ 628.285.621,16.

O resultado orçamentário evidenciado no Balanço Orçamentário foi um Superávit Orçamentário de R\$ 628.285.621,16 e corresponde o confronto da Receita Orçamentária e a Despesa Orçamentária. Considerando os empenhos vinculados a recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores o Resultado Orçamentário Ajustado apresentou um Superávit de 1.065.949.414,06.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita Orçamentária	9.397.637.784,40	8.788.649.537,91
(-) Despesa Orçamentária	8.769.352.163,24	8.358.096.679,80
<b>= Resultado Orçamentário do Exercício</b>	<b>628.285.621,16</b>	<b>430.552.858,11</b>
(+) Empenhos emitidos com base em Superávit Financeiro	437.663.792,90	208.978.269,96
<b>Resultado Orçamentário Ajustado</b>	<b>1.065.949.414,06</b>	<b>639.531.128,07</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)



## 10 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

### 10.1 – Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhamentos.

Ingressos Orçamentários			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Recursos Ordinários/Livres	5.751.103.110,89	5.503.100.148,86	4,51%
Transferências do FUNDEB	600.162.934,45	584.426.162,87	2,69%
Transferências Voluntárias	110.639.641,46	194.743.169,87	-43,19%
Alienação de Bens	10.256.917,46	1.076.897,42	852,45%
Operação de Crédito	50.214.208,29	11.770.375,93	326,62%
Regime Próprio de Previdência	1.409.440.411,89	1.280.093.624,70	10,10%
Transferência de Programas	1.078.196.629,79	906.309.507,97	18,97%
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	789.224,58	-	0,00%
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	291,64	-	0,00%
Cessão Onerosa - Pré-Sal	16.412.688,32	-	0,00%
Valores Restituíveis	-	-	0,00%
Outras Origens	370.421.725,63	307.129.650,29	20,61%
<b>Total</b>	<b>9.397.637.784,40</b>	<b>8.788.649.537,91</b>	<b>6,93%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### 10.2 – Dispêndios Orçamentários

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei nº 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extraorçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.



Dispêndios Orçamentários			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Recursos Ordinários/Livres	5.426.293.877,01	5.096.682.326,43	6,47%
Transferências do FUNDEB	603.146.882,76	572.437.635,64	5,36%
Transferências Voluntárias	88.549.583,73	199.565.825,74	-55,63%
Alienação de Bens	758.874,83	1.146.202,73	-33,79%
Operação de Crédito	56.038.378,63	20.952.151,05	167,46%
Regime Próprio de Previdência	1.228.341.900,09	1.298.017.372,11	-5,37%
Transferência de Programas	1.032.145.896,72	917.865.304,09	12,45%
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	1.926.747,71	-	0,00%
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	15.071,88	-	0,00%
Cessão Onerosa - Pré-Sal	-	-	0,00%
Valores Restituíveis	-	494.185,00	0,00%
Outras Origens	332.134.949,88	250.935.677,01	32,36%
<b>Total</b>	<b>8.769.352.163,24</b>	<b>8.358.096.679,80</b>	<b>4,92%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

### 10.3 – Ingressos Extraorçamentários

Compreendem ingressos, a exceção da inscrição de restos a pagar, de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual.

Por serem constituídos por ativos financeiros recebíveis e passivos financeiros exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral não provocam alterações na situação líquida patrimonial.

Ingressos Extraorçamentários			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Inscrição de Restos a Pagar Processados	20.663.305,87	31.634.374,64	-34,68%
Inscrição de Restos a Pagar Não-Processados	362.743.777,31	430.596.467,51	-15,76%
Valores Restituíveis	1.515.415.407,55	1.405.599.212,78	7,81%
<b>Total</b>	<b>1.898.822.490,73</b>	<b>1.867.830.054,93</b>	<b>1,66%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os restos a pagar inscritos correspondem ao saldo das despesas orçamentárias empenhadas e não pagas no exercício financeiro de 2019, conforme registrado no Balanço Orçamentário e detalhado no item 9.2 – Inscrição de Restos a Pagar.

Os valores restituíveis e outros recebimentos extraorçamentários correspondem aos ingressos de recursos, inclusive mediante retenções ocorridas sobre pagamentos efetuados pelo Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro



## 10.4 – Dispêndios Extraorçamentários

Compreendem dispêndios que não constam na Lei Orçamentária Anual, correspondendo às saídas de numerários decorrentes dos pagamentos de Restos a Pagar, devoluções ou recolhimento das obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (passivos exigíveis financeiros).

Dispêndios Extraorçamentários			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	31.059.064,70	11.373.746,74	173,08%
Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	348.030.059,65	316.815.091,86	9,85%
Valores Restituíveis	1.517.637.229,81	1.433.504.736,88	5,87%
<b>Total</b>	<b>1.896.726.354,16</b>	<b>1.761.693.575,48</b>	<b>7,66%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os restos a pagar pagos em 2019 estão informados no item 9.3 - Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores.

Os valores restituíveis e outros pagamentos extraorçamentários correspondem aos dispêndios de recursos, inclusive mediante aos pagamentos de retenções efetuadas aos Órgãos e Entidades do Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

## 10.5 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi Superávit Financeiro de R\$ 584.380.896,15 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano e no início do ano.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	4.182.828.525,54	3.598.447.629,39
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	3.598.447.629,39	3.149.939.833,75
<b>= Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>584.380.896,15</b>	<b>448.507.795,64</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Detalhamos abaixo o Superávit/Déficit Financeiro por entidades do Município de Curitiba:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	= Resultado Financeiro do Exercício	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	= Resultado Financeiro do Exercício
PMC	2.002.295.304,84	1.585.555.207,21	416.740.097,63	1.585.555.207,21	1.109.033.835,94	476.521.371,27
FAS	3.231.850,06	4.092.028,69	-860.178,63	4.092.028,69	4.601.662,99	-509.634,30
FAD	7.560.611,41	6.173.311,39	1.387.300,02	6.173.311,39	4.154.052,96	2.019.258,43



## Departamento de Contabilidade

FMAS	32.264.901,78	25.952.359,29	6.312.542,49	25.952.359,29	31.606.246,94	-5.653.887,65
FMS	91.151.534,81	85.048.549,15	6.102.985,66	85.048.549,15	65.308.058,25	19.740.490,90
FMCA	52.685.508,14	30.772.011,76	21.913.496,38	30.772.011,76	29.244.322,27	1.527.689,49
FCC	6.403.632,84	3.541.571,48	2.862.061,36	3.541.571,48	2.537.828,96	1.003.742,52
FMC	825.753,34	1.541.264,77	-715.511,43	1.541.264,77	952.703,55	588.561,22
FUC	26.086.587,24	38.610.531,39	-12.523.944,15	38.610.531,39	19.506.005,68	19.104.525,71
IPPUC	8.939.361,30	3.024.597,33	5.914.763,97	3.024.597,33	4.017.835,15	-993.237,82
IMAP	3.287.327,66	3.925.631,41	-638.303,75	3.925.631,41	2.487.196,58	1.438.434,83
FMHIS	6.139.724,17	6.986.032,79	-846.308,62	6.986.032,79	8.712.574,36	-1.726.541,57
FAAC	83.334.901,15	81.996.410,95	1.338.490,20	81.996.410,95	65.717.145,77	16.279.265,18
IPMC	1.818.621.708,70	1.691.798.524,78	126.823.183,92	1.691.798.524,78	154.357.661,70	1.537.440.863,08
FMPP	0,00	0,00	0,00	0,00	1.627.298.122,58	-1.627.298.122,58
CMC	5.146.847,95	5.936.551,29	-789.703,34	5.936.551,29	5.180.158,39	756.392,90
FUNDEC	94.308,96	42.882,27	51.426,69	42.882,27	19.540,60	23.341,67
IMT	1.565.398,16	2.037.118,81	-471.720,65	2.037.118,81	1.479.340,65	557.778,16
FMT	12.541,86	12.289,87	251,99	12.289,87	21.730,66	-9.440,79
FMPDI	33.180.721,17	21.400.754,76	11.779.966,41	21.400.754,76	13.703.809,77	7.696.944,99
<b>Total</b>	<b>4.182.828.525,54</b>	<b>3.598.447.629,39</b>	<b>584.380.896,15</b>	<b>3.598.447.629,39</b>	<b>3.149.939.833,75</b>	<b>448.507.795,64</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

A seguir detalhamos o Superávit/Déficit Financeiro dos Fundos Municipais que fazem parte da estrutura o da Prefeitura Municipal de Curitiba:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	= Resultado Financeiro do Exercício	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	= Resultado Financeiro do Exercício
FEPGM	5.122.304,85	4.124.067,96	998.236,89	4.124.067,96	6.014.324,20	-1.890.256,24
FMMA	8.911.039,27	9.634.441,31	-723.402,04	9.634.441,31	13.560.188,25	-3.925.746,94
FMSB	25.465.576,83	28.099.264,81	-2.633.687,98	28.099.264,81	0,00	28.099.264,81
FUNRECAL	3.659.068,70	3.965.037,85	-305.969,15	3.965.037,85	3.036.065,07	928.972,78
FUNPRED	4.369,86	4.282,06	87,80	4.282,06	4.186,92	95,14
Outros Recursos PMC	1.959.132.945,33	1.539.728.113,22	419.404.832,11	1.539.728.113,22	1.086.419.071,50	453.309.041,72
<b>Total</b>	<b>2.002.295.304,84</b>	<b>1.585.555.207,21</b>	<b>416.740.097,63</b>	<b>1.585.555.207,21</b>	<b>1.109.033.835,94</b>	<b>476.521.371,27</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os Superávits/Déficits Financeiros apurado no exercício, por fonte de recursos e entidade, estão apresentados no Anexo do Balanço Patrimonial.



## 11 – FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de apresentar as entradas e saídas de caixa classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamentos.

Fluxo de Caixa			
Classificação	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.056.484.478,82	742.028.170,03	42,38%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(344.767.963,42)	(231.321.208,91)	49,04%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(127.335.619,25)	(62.199.165,48)	104,72%
<b>Total</b>	<b>584.380.896,15</b>	<b>448.507.795,64</b>	<b>30,29%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

O quadro demonstra uma geração de caixa líquida de R\$ 584.380.896,15, que corresponde a 30,29% maior em relação do exercício anterior, e que foi influenciada pelo resultado operacional da entidade que foi positivo em R\$ 1.056.484.478,82, ao passo que os fluxos das atividades de investimento e Financiamentos foram negativos em R\$ 344.767.963,42 e R\$ 127.335.619,25, respectivamente.